

Curso: Mestrado em Fiscalidade

Área/ Subárea: Direito/Direito Fiscal e Fiscalidade

Semestre: 2º

Carga horária: 22,5

ECTS: 5

1. Pretende-se dotar os alunos dos conhecimentos essenciais do Direito Fiscal Internacional em áreas específicas de maior complexidade, estimulando a sua capacidade de investigação. Sensibilização para a relevância prática da jurisprudência do Tribunal de Justiça da UE, especialmente na tributação directa.

2. Responde aos objectivos pedagógicos de compreensão dos princípios e regras essenciais do Direito Fiscal Internacional e suas implicações práticas ao nível da Fiscalidade nacional e reforço das competências dos mestrandos na aplicação das regras do Direito Fiscal Internacional, nomeadamente tendo em consideração o enquadramento no contexto da União Europeia e da OCDE, recorrendo ao estudo de casos.

3. Parte I – Relevância e princípios do Direito Fiscal Internacional

1. A aplicação da teoria do acto claro em matéria fiscal
2. Princípios fundamentais do Direito Fiscal Internacional
3. O princípio da não discriminação na UE e na CMOCE
4. Análise de casos

Parte II – A concorrência fiscal prejudicial

1. Os auxílios de Estado sob a forma fiscal
2. A concorrência fiscal prejudicial na UE e na OCDE
3. Análise de casos

Parte III – A Cidadania e Educação Fiscal

1. Conceito e objectivos das políticas de Cidadania e Educação Fiscal
2. Técnicas para a Cidadania e Educação Fiscal
3. O caso português

4.

Dourado – Ana Paula – *Governança Fiscal Global*, Almedina, 2017

Palma, Clotilde Celorico – Textos de apoio às aulas

- *Planeamento Fiscal* – Capítulo do Manual Fiscalidade, organizado por João Catarino e Vasco Branco Guimarães, 2.ª Edição em fase de publicação pela Almedina.

- *Joaninha e os Impostos – uma história de Educação Fiscal para crianças*, Ordem dos Contabilistas Certificados, Almedina, 2017.

- “Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal – Os casos do Brasil, de Espanha e de Portugal”, em co-autoria com Mónica Pita, *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano VIII, n.º2, 2015.

- “Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal em Portugal”, *Revista TOC* n.º 187, Outubro de 2015.

Sanches, José Luís Saldanha – *Os Limites do Planeamento Fiscal, Substância e Forma no Direito Fiscal Português, Comunitário e Internacional*, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

Xavier, Alberto – *Direito Tributário Internacional*, Almedina, 2.ª Edição, Abril de 2007.

NÃO SERVE PARA EFEITOS DE CERTIFICAÇÃO